

PADRE IOÃO RODRIGUEZ: SUAS *ARTES* E A LINGUAGEM DE TRATAMENTO DA LÍNGUA JAPONESA

Tae Suzuki

No início de século XVII, são editados dois tratados sobre a língua japonesa da época, elaborados em português pelo padre jesuíta João Rodriguez. Um estudo bastante acurado da língua japonesa à luz da gramática latina, constituem um marco do início de um estudo sistemático dessa língua, numa época em que, no Japão, as considerações gramaticais giravam em torno de notas de cunho morfológico e semântico para a intersecção de textos clássicos, notadamente poemas.

Nota-se em suas explicações que as expressões de tratamento do japonês despertaram a atenção de Rodriguez, referindo-se constantemente ao "modo de falar elegante" inerente à língua japonesa "de modo que se não pode aprender (a língua) sem juntamente se aprender a falar com honra, & cortesia" Apresentaremos neste trabalho, as linhas gerais que nortearam seus dois tratados e sua análise das expressões de tratamento, um estudo que, embora fragmentado por várias partes de suas obras, conseguiu expor seus elementos principais.

I. Os portugueses no Japão até a época de Rodriguez

A descoberta do Cabo da Boa Esperança por Vasco da Gama, na virada do século XV ao XVI, abre o caminho do Ocidente ao Oriente pelos mares, levando os europeus, notadamente portugueses e espanhóis, à descoberta de novas terras e novos mundos.

Sob a égide da política mercantilista, Portugal busca sua expansão ao Oriente, no afã de conquistar novas terras para colonização. O domínio sobre Goa, na Índia, em 1510, vai facilitar e impulsionar o avanço de Portugal ao Oriente.

As primeiras notícias do Japão, levadas ao Ocidente por Marco Polo no século XIII, vão ser re-ventiladas nos contatos com marinheiros e comerciantes asiáticos pelos portos da Índia e da China, embora não se tivesse, ainda, a certeza de que Cipangu e Japão eram a mesma terra.

Em 1401, Japão havia reatado suas relações oficiais com a China, interrompidas desde 894. Nesse interstício, o contato entre os dois países

havia ficado por conta de particulares, inicialmente dos grandes senhores de terra de Kyûshû, ao sul do Japão, interessados em importar a cultura chinesa e, posteriormente, dos comerciantes e guerreiros, interessados no comércio de novos produtos de ambos os países. Por essa época, eram constantes as incursões de navios mercantes japoneses pelos portos da China, não só dos navios oficiais que representavam o governo, como também de particulares que se prestavam, não raro, a atos de pirataria, fazendo com que o governo chinês proibisse a entrada de piratas japoneses em suas terras, medida que, diga-se de passagem, não foi obedecida.

O primeiro encontro entre portugueses e japoneses se deu através desses comerciantes: de um lado, os portugueses que mantinham seu raio de ação pelos mares da Índia até a China e, por outro lado, os japoneses que haviam chegado à costa da China até o sudeste asiático.

Esse encontro permite aos portugueses voltarem os olhos de sua ação mais para o norte do Extremo Oriente, embora sua chegada ao Japão tenha se dado ao acaso. Uma violenta tempestade desvia um barco que se dirigia do Sião à China, levando-o a Tanegashima, uma ilha ao sul do Japão, em 1543.

Tem início, então, a entrada dos portugueses ao Japão, seguidos dos espanhóis que chegam pouco mais tarde, em 1584. A presença portuguesa no Japão dura cerca de um século, até 1639, quando são expulsos pelo xogunato Tokugawa, diante da ameaça que sua religião causava aos princípios éticos do feudalismo, em torno do qual o xogunato Tokugawa, criado em 1603, buscava sua afirmação e o domínio sobre a nação reunificada, após passar por um longo período de lutas internas.

A contribuição dos portugueses à introdução da cultura ocidental no Japão foi muito grande, notadamente nas áreas da astronomia, da medicina e da arte de navegação. Sua influência se deu também nas artes e na filosofia, principalmente pela ação dos jesuítas que chegaram poucos anos depois para a propagação do cristianismo.

Tendo sido fundada a Companhia de Jesus em 1534, com o intuito de recuperar a posição da igreja católica ameaçada pela revolução religiosa imposta pelos protestantes, cria-se em Goa, um centro de propagação do catolicismo no Oriente. S. Francisco Xavier, que se encontrava na Índia desde 1541, tem notícias sobre o Japão quando de sua passagem por Malaca, pelos relatos de navegantes que haviam estado nesse país. Demonstra grande interesse em conhecer e continuar seu trabalho de cristianização nessa nova terra.

O encontro com Ansei Yajirô, um foragido da polícia japonesa por assassinato e que, ao buscar proteção em um barco japonês, parte com este à Índia, é decisivo para a ida de Xavier ao Japão.

Com sua chegada a Kagoshima, ao sul do Japão, em 1549, começa a cristianização deste país, graças à conquista da simpatia do senhor feudal local, para o que muito contribuiu a ajuda de Ansei Yajirô que falava um pouco de português e viajara com Xavier.

A boa acolhida inicial, entretanto, é logo seguida por hostilidades encabeçadas, principalmente, pelos monges budistas e os portugueses perceberam a necessidade de se conhecer os costumes e a língua desse povo, para que os japoneses pudessem melhor compreender e assimilar novos paradigmas culturais, condição essencial para o êxito da missão jesuíta no Japão.

Muitos jesuítas se prestaram ao trabalho de aprendizado da língua japonesa, bem como do ensino das línguas latina e portuguesa, necessárias para os ofícios religiosos. São erguidos vários seminários, colégios e noviciados para tal fim, principalmente na região meridional por onde entraram os portugueses.

Nesse sentido, foi muito valiosa a contribuição do Padre Alexandro Valignano, jesuíta italiano enviado ao Japão pela primeira vez, em 1579. Vê a importância de se levar uma máquina impressora para a produção de obras que pudessem servir de suporte ao trabalho de catequese e propagação do cristianismo no país, permitindo que tanto os portugueses, quanto os japoneses aprendessem e assimilassem, reciprocamente, suas línguas.

Uma delegação de jovens japoneses recém-convertidos ao cristianismo, enviada à Europa por Valignano, em seu regresso, traz a impressora recomendada pelo padre. Instalada em Nagasaki, ela foi responsável pela edição de um vasto material bibliográfico, conhecido no Japão como ***Kirishitan Mono***, "textos cristãos". A eficiência da nova técnica de edição sobrepujava, de muito, a cópia manuscrita por que se processava a edição de textos japoneses, mas sua divulgação foi limitada, circunscrevendo-se às áreas de penetração do cristianismo que se restringia, praticamente, à região meridional do arquipélago japonês.

O sonho acalentado por Valignano em editar um manual da gramática japonesa e um dicionário plurilingüe com modelo no trabalho de Ambrosio Calepino, torna-se realidade, surgindo várias obras como: ***De Institutione Gramatica*** (1594), adaptação da gramática latina de Manuel Alvarez para aprendizes japoneses; ***Dictionarium Latino-Lusitanicum, ac Iaponicum*** (1595), com modelo no dicionário de Calepino; ***Rakuyôshû*** (1598), um dicionário de ideogramas; ***Vocabulario de Lingoa de Iapam*** (1603), muito rico em anotações sobre as várias formas de linguagem e de exemplos tirados de provérbios, de textos literários antigos; traduções de obras cristãs ao japonês como ***Fides no Doxi*** (1592), ***Guia do Pecador*** (1599), ***Contemptus Mundi*** (1596); para a difusão de idéias e princípios

crístãos, bem como a tradução das fábulas de Esopo, *Isoho Monogatari* (1592), em linguagem coloquial da época, para servir de auxílio no aprendizado do japonês pelos jesuítas; transcrição em letras romanas e em linguagem coloquial de *Heike Monogatari* (1593), obra original do século XII.

Como se vê, a produção de textos nascidos das mãos de cristãos no Japão foi muito rica para um curto espaço de cerca de dez anos. Para tanto, contribuíram não só os jesuítas europeus, notadamente os portugueses e espanhóis, como também os japoneses convertidos que tiveram sua formação em língua, história, literatura, matemática, artes, teologia e filosofia, nos Colégios e Seminários criados no Japão.

O trabalho de estudos sobre a língua japonesa, ao lado de observações e estudos sobre os usos e costumes, sobre o modo de pensar e de viver dos japoneses que muito ajudariam os jesuítas na cristianização do Japão, vai ser coroado com a publicação da *Arte da Lingoa de Iapam* (1604/1608), um tratado da gramática japonesa. Seu autor, o jesuíta português João Rodriguez, chegou bem jovem ao Japão, aos 15 anos, em 1577. Dono de um espírito investigador bastante aguçado, foi um grande conhecedor da língua japonesa, cujos primeiros ensinamentos foram dados por Paulo Yôhō, noviço japonês que, apesar de sua avançada idade (mais de 70 anos), muito contribuiu para a transcrição em linguagem coloquial de textos clássicos.

O crescimento do cristianismo no Japão e sua forte penetração nas várias camadas da sociedade de então, provoca hostilidades dos monges budistas que não viam com bons olhos a propagação dessa fé, como também dos holandeses que haviam chegado depois dos espanhóis e disputavam, com os portugueses, o monopólio do comércio com o Japão. Somando-se a isso, a ameaça que os princípios cristãos exerciam aos valores éticos feudais impostos pelo xogunato, Ieyasu Tokugawa inicia um movimento de perseguição aos cristãos, do qual Rodriguez, sendo banido em 1612, sofreu os efeitos, até culminar com a expulsão de todos os estrangeiros, exceto os holandeses⁽¹⁾, e o isolamento do Japão do resto do mundo.

(1) Os holandeses não foram expulsos, mas confinados à ilha Dejima, de onde raramente podiam sair. Embora sendo o único ponto de contato do Japão com o Ocidente, foi grande a influência dos estudos holandeses na cultura japonesa, após a expulsão dos portugueses e do cristianismo.

II. Rodriguez e seus tratados sobre a língua japonesa

A *Arte da Lingoa de Iapam* (doravante denominada *Arte*) traz em seu proêmio: "...muyto tempo ha que os Superiores da mesma Com-

panhia (de IESV) de Iapão desejauão ã se ordenasse, & imprimisse hũa Arte cõ mays facilidade aprẽderem a lingoa desta nação nossos Padres, & Irmãos, que de Europa, & da India vem a trabalhar nesta vinha do Senhor;" (p. 9)⁽²⁾. Ela foi elaborada, portanto, para servir de subsídio aos jesuítas no aprendizado da língua japonesa, quando chegassem ao Japão para o seu trabalho de catequese e difusão da fé cristã.

(2) Para a referência das citações da *Arte*, apresentaremos a página da edição xerografada do original, em 1976.

Imbuído do modelo da gramática latina de Manuel Alvarez (cf. Cooper, pp. 255-6; Doi, 1976, p. 487), largamente utilizada nos Colégios e Seminários do Japão, Rodriguez trabalha na confecção desse tratado, preocupando-se em apresentar "regras, & preceytos que ensinão a falar certo, & com elegancia" A maior parte da obra é dedicada à descrição da linguagem falada, sua morfologia e sintaxe, havendo no entretanto, notas e preceitos também sobre a linguagem escrita.

Rodriguez parte de "algũas annotações que acerca desta matéria algũs Padres nossos tinhão feyto, & andavão escritas de mão, ajudando varias cousa ã em descurso de muytos annos tinha advertido, & aprendido de algũs naturaes muyto entendidos em sua lingoa, & letras" (pp. 9-10) e monta seu modelo teórico.

A obra trata, de forma muito prolixa e difusa, dos vários aspectos da língua japonesa nos três Livros de que é composta. Nota-se uma forte influência da gramática latina no Livro Primeiro, onde trata da morfologia ("declinaçam dos nomes, conjugaçam dos verbos, *rudimenta* das partes da oraçam") e na primeira metade do Livro Segundo, onde trata essencialmente da sintaxe ("sintaxis transitiva e intransitiva"). A partir da metade do Livro Segundo, que é também a metade do livro, a contribuição pessoal do autor é maior, no registrando aspectos mais característicos dessa língua e afastando-se de adaptações de padrões da gramática latina. Não só modifica a postura pela qual trata dos assuntos, como também os seus temas.

Com relação à parte puramente formal, Rodriguez começa a enumerar as "partes da oraçam" a partir dos advérbios ("quinta parte da oraçam", p. 232) e sua ótica se torna mais normativa que descritiva. Com relação ao conteúdo, o autor passa a tratar de aspectos próprios da língua japonesa, como suas expressões de tratamento e a poética para, no Livro Terceiro, se ocupar da estilística ("estilo da escritura, da carta, da petiçam") e de "curiosidades proveytosas" (p. 14), como as várias formas de contagem, conversão de medidas, as denominações das eras e seus respectivos "reis", os antropônimos, a contagem das horas, meses e anos

do calendário japonês, além de uma relação cronológica de fatos tirados da Bíblia.

A *Arte* traz duas datas de edição: o ano de 1604, na primeira folha e o de 1608, na última, ambas junto a “com licença do Ordinario e Superiores em Nangasaqvi no Collegio de Iapam da Companhia de IESV” Isto atesta que, após o encaminhamento do original para a impressão, com a autorização das autoridades eclesiásticas porque “não tem cousa algũa cõtra a Catholica doutrina, & assi sera muyto util imprimirse pera aprender esta lingoa” (*Arte*, p. 8), o livro só será editado em sua íntegra 4 anos mais tarde. A Companhia de Jesus passava por uma série de dificuldades em consequência da mudança política que se operava no Japão com a instalação do xogunato Tokugawa, em 1603. Provavelmente, foi dada a prioridade à edição de textos mais urgentes para a cristianização (cf. Doi, 1976, p. 490), que começa a sofrer seus primeiros revezes, diante das pressões de monges budistas e dos holandeses, como já vimos.

As duas datas de edição, mais as diferenças no enfoque dado nas duas metades da obra, levam a crer que Rodriguez reviu a segunda parte quando a primeira já estava impressa, dando-lhe uma nova redação. É uma obra monumental onde o autor procurou abranger tudo que lhe era dado conhecer sobre a língua japonesa, levando-o a um esmero e minúcia nas explicações, a uma profusão de exemplificações retiradas de clássicos japoneses, da linguagem coloquial, de provérbios, de cantigas *Mai* e até de textos cristãos recém-traduzidos de línguas latinas ou recém-transcritos de clássicos japoneses, alguns dos quais só se tem notícia por suas referências.

Se, de um lado, a análise profusa e, pela primeira vez sistemática, da língua japonesa faz da *Arte* um precioso manual de consulta sobre a estrutura desta língua, por outro, torna-a prolixa e difusa, com muitas repetições e redundância de explicações, principalmente em razão da adaptação rigorosa do modelo gramatical latino. Tal adaptação nem sempre é adequada em se tratando de línguas de naturezas tão diversas como são o latim, essencialmente flexional, e, o japonês, essencialmente aglutinante.

A tentativa de se equacionar gramática latina e língua japonesa se faz presente em toda a obra mas é mais marcante, como não podia de ser, na sua primeira metade. Além da distinção não muito precisa entre a morfologia e a sintaxe, há algumas incorreções de interpretação.

Nas “Advertencias pera mayor intelligencia do que nesta Arte se trata”, Rodriguez adverte que “esta lingoa ã algũas cousas (é) defectuosa por carecerẽ os nomes de variedade de casos, & não tem distinção de numero plural, & singular, nem de genero, & os verbos carecerem de va-

riedade de pessoas, & de plural, & singular, & por outros defectos que não se achão nas línguas de Europa” (*Arte*, p. 12). Reitera mais adiante, a indeclinabilidade dos nomes (“os nomes substantivos & os pronomes da lingua lapoa (...) não se declinão por casos como os Latinos, mas são indeclinaveys” - p. 15) e a ausência de número e pessoa na flexão verbal (“os verbos nesta lingua não tem numeros, nem variedade de pessoas como no Latim, & na nossa lingua” - p. 28), mas apresenta quadros extensos de flexão, como:

“Declinação para todos os nomes substantivos, & pronomes primitivos

Nominatiuo.	Aruji, 1, Arujiua, ga, no, yori, <i>Senhor, ou dono</i>
Genitiuo.	Arujino, ga.
Datiuo.	Arujini, ye.
Accusatiuo.	Arujiuo, uoba, ua, ga.
Vocatiuo.	Aruji, icani Aruji.
Ablatiuo.	Arujiyori, cara, ni.

Numero Plural

Nominatiuo.	Aruji, 1, Arujitachi, xu, domo, ra.
Genitiuo.	Arujitachino, ga.
Datiuo.	Arujitachini, ye.
Accusatiuo.	Arujitachiuo, uoba, ua, ga.
Vocatiuo.	Arujitachi, 1, icani Arujitachi.
Ablatiuo.	Arujitachiyori, cara, ni.”

(p. 15)

Se os nomes são indeclináveis, não se justifica um quadro de sua declinação, com a repetição de uma forma sempre invariável. É verdade que Rodriguez acrescenta que os nomes “tem certas particulas, ou artigos, os quais pospostos aos nomes respondẽ aos casos Latinos, & a mesma voz serve de singular & de plural” mas, se são partículas ou artigos, não são desinências flexionais e, como tal, não são parte da declinação nominal. Ficaria mais claro, nos parece, se tivesse apenas distinguido em nomes indeclináveis e partículas ou artigos invariáveis que, pospostos aos nomes, indicam os casos latinos e, então, tivesse elencado as partículas com seus respectivos casos.

O quadro da declinação nominal é dispensável, assim como o é o seguinte quadro de conjugação verbal, onde a mesma forma *degozaru* aparece nas formas de flexão por número e pessoa, que a língua japonesa não comporta.

ca e pela escrita (“das syllabas do *Sumi*, compostas de suas simples; das syllabas ã se alterã e mudã; das letras do nosso alfabeto ã serue pera escrever a lingoa lapoa; do modo de escreuer em nossa letra & pronunciar algũas syllabas desta lingoa; do modo de pronunciar as syllabas ã geral”).

Da metade do Livro I até o fim do Livro II, Rodriguez trata da morfologia e da sintaxe, sem poder se libertar da comparação com o latim. Ainda encontramos quadros de declinações e de conjugações questionáveis para a língua japonesa, mas suas considerações são mais claras e normativas. Apesar de ter se servido dos textos cristãos produzidos no Japão (tradução de textos latinos e transcrição reduzida de clássicos japoneses para a linguagem coloquial) para ilustrar suas exposições na *Arte*, aqui ele desaconselha sua leitura “por ser a frase impropria accommodada aos nossos conceitos” (p. 4), recomendando apenas os livros “do estillo da escritura, & de autores classicos antigos estimados entre os lapões por seu elegante estillo, em ã esta todo o primor, elegancia & propriedade da lingoa lapoa” (*Arte Breve*, f. 4). Mesmo estes não são utilizados para exemplificar as exposições gramaticais, limitando-se a um número muito reduzido de frases curtas extraídas da linguagem coloquial, para melhor atender ao fim específico a que se propunha.

O Livro III, como todo o resto, segue o modelo da *Arte*: a primeira metade é dedicada ao estilo da escrita e a parte final, às ditas “curiosidades proveitosas”

A *Arte Breve* constitui uma sùmula da primeira obra e não apresenta modificações teóricas substanciais. O que o autor buscou e conseguiu foi uma metodologia didática mais acessível aos iniciantes no aprendizado da língua, tornando a *Arte Breve* mais normativa e sintética, enquanto a *Arte* prima por ser mais analítica e descritiva.

Ambas as obras são permeadas de explicações sobre as formas de tratamento, suas regras lingüísticas e seus usos. Observador perspicaz de fatos sociais, culturais e lingüísticos — fatores essenciais das expressões de tratamento — Rodriguez logo percebeu a profusão desses tratamentos na língua japonesa. Embora ainda de maneira bastante descritiva e difusa, como o foram os demais aspectos por ele tratados, as expressões de tratamento receberam uma análise aguçada de Rodriguez, que registra os fatores essenciais de sua estrutura, de seu mecanismo e de suas formas lingüísticas, como veremos a seguir.

III. As *Artes* e a linguagem de tratamento

Não fugindo da orientação imposta por Rodriguez a seus dois tratados, o tratamento é apresentado na *Arte* com explicações minuciosas de

cada uma de suas formas lingüísticas: as circunstâncias de uso, os graus de tratamento que comportam, seus significados. Já na *Arte Breve*, o autor se restringe a apresentar as normas gerais do emprego do tratamento, deixando as consultas sobre aspectos mais específicos à “sintaxi grande (que) distingue tudo meudamête (...) onde se pode ver” (*Arte Breve*, f. 66). Começaremos analisando suas posturas teóricas na *Arte*.

Rodriguez aponta elementos importantes do mecanismo do tratamento já nas “Advertências” da *Arte*: “no que esta lingua se assinala, & he diuersa de quantas temos noticia, he a maneira de respeitos, & cortesias que inclue nos modos de falar quase uniuersalmente: por que tem verbos acõmodados pera falar de pessoas, & com pessoas baixas, & altas, & tẽ varias particulas que se ajuntão aos verbos, & nomes, respeitando sempre à pessoa cõ quẽ, de quẽ, & de ã cousas fala, para usar das taes particulas, & verbos conforme a qualidade de cada hũ” (*Arte*, p. 13).

Já na introdução destaca, de um lado, as formas lingüísticas em que se manifesta o tratamento (verbos e partículas apostas a verbos e nomes) e, de outro, elementos do tratamento a nível de discurso (com quem fala, de quem e de que coisas se fala).

Os pontos levantados nas “Advertencias” são retomados e completados no Livro Segundo, onde o autor elenca todas as formas lingüísticas do tratamento, explicando minuciosamente seus significados, suas normas gramaticais, seus graus de tratamento e as circunstâncias de seu uso, servindo-se de exemplos retirados, principalmente, da linguagem coloquial.

São as seguintes as formas lingüísticas por ele levantadas:

1. as “particulas assi honradas como humiliativas que se ajũtam soamente a nome substantivos, ou a raizes de verbos honrando o tal nome, ou raiz, ou por pessoa, ou cousa por si ser dina de honra, & veneraçam, ou por as taes cousas pertencerem a pessoas cujo respeito se honram”;
2. as “particulas de honra, & humiliativas que somente se ajuntam a verbos”;
3. “alguns verbos que de sua natureza sam honrados, ou humildes” (p. 319).

Aqui são citadas, não só as classes morfológicas que implicam tratamento, como também a existência de duas formas básicas de tratamento: o tratamento *honrado* e o *humiliatiuo*.

Quanto às formas lingüísticas de tratamento, o autor levantou praticamente todas as classes morfológicas pertinentes, ainda que com algumas ressalvas. Ele se refere por “particulas que se ajuntam a verbos” , a classes de naturezas pouco diversas. Não distingue as partícu-

las flexíveis, que anteriormente denominamos *partículas formulativas* (v. "Sobre a estrutura da língua japonesa", in *Estudos Japoneses I*, 1979) dos verbos auxiliares de tratamento. Eles se distinguem por serem aquelas, partículas flexíveis que expressam a formulação subjetiva do enunciador sobre o conteúdo do seu discurso, sem comportarem, intrinsecamente, uma carga semântica; por outro lado, os verbos auxiliares, como o próprio nome diz, são originariamente verbos de tratamento com um conteúdo semântico particular, que o uso fez com que, ao se juntarem a outros verbos, perdessem a carga semântica e mantivessem apenas seu aspecto tratamental. Dessa forma, enquanto as partículas formulativas se juntam a quase todos os verbos, a junção dos verbos auxiliares de tratamento se restringe a determinados verbos, por força da carga semântica originária que, embora não considerada neste uso, mantém alguns resquícios. Dentro da visão descritivo-normativa de seus tratados, uma distinção inicial dessas duas classes morfológicas teria sido mais proveitosa, evitando a explanação extensa de cada um dos termos levantados pelo autor, o que dificulta a assimilação das noções expostas.

Por "partículas que se ajuntam aos nomes" , Rodriguez entende os afixos (prefixos e sufixos, cuja distinção só é feita ao se referir ao uso dessas partículas, sem lhes dar uma denominação específica) e, por "verbos honrados ou humildes" , os verbos que "de sua natureza" , sem o auxílio de partículas, expressam o tratamento.

As formas "honradas" ou "humiliativas" e seu mecanismo de uso, aqui apenas citadas, serão expostas dispersamente por todo o texto da *Arte*, de modo que iremos resgatando-as à medida que prosseguirmos em nossas análises.

A consideração do enunciador por "pessoas dignas de honra & veneração" pode ser manifestada de duas maneiras: pelas expressões de respeito ou de "honra" e pelas de modéstia ou de "humildade" Essa consideração ou honra é expressa diretamente por:

1. "partículas de honra (que) se ajuntam aos nomes principalmente, ou por serem pessoas dignas de honra, ou por as cousas que se honram pertencerem a pessoas nobres dignas de honra, & veneração, por cujo respeito as ditas cousas se honram" (*Arte*, p. 320);
2. pelas partículas que "honram (...) os verbos a que se ajuntam por respeito das pessoas a quem os taes verbos pertencem" (id., p. 325);
3. por verbos que "de sua natureza encluem em si certo grao de honra sem particula honorativa, os quais seruem soamente pera segundas, & terceiras pessoas honradas" (id., p. 332).

A honra pode ser expressa, portanto, tratando respeitosamente a própria pessoa enfocada ou as coisas que lhe pertençam (por meio de

afixos de respeito) ou, ainda, as ações praticadas pela pessoa enfocada ou que a ela se refiram (por partículas formulativas, por verbos de respeito ou por verbos auxiliares de respeito) sendo, assim, reservadas às ações dos actantes do enunciado diferentes do enunciador.

Com relação às expressões de modéstia ou “humiliativas”, quando se tratam de “partículas que se ajuntam aos nomes”, elas “abate(m) & despreza(m) à pessoa, ou cousa a que se ajunta(m)” (id., p. 325). No entanto, “os verbos humildes” e “as partículas que se ajuntam a verbos (...) honram à pessoa com quem, ou diante de quem se fala, & humilham & mostram muyta reverencia, & cortesia nas pessoas a quem pertencem” (id., p. 335). É uma forma indireta de considerar uma pessoa, fazendo com que o enunciador trate, com modéstia, as ações referentes a si ou a pessoas hierarquicamente inferiores do enunciado, para expressar sua consideração pelo enunciatário ou por outras pessoas hierarquicamente superiores do enunciado.

Como nota Rodriguez que “he importante notar bem seu uso: & alguns de Europa usam delles impropriamente falando com Dôjucus⁽⁴⁾, moços & gente de sua obrigação, honrando os ditos moços, ou honrando-se assi mesmo onde nam conuem” (id., p. 335), seu uso é complexo na medida em que o enunciador deve ter em mente toda a rede de relações inter-individuais dos actantes do enunciado, bem como a relação enunciador/enunciatário, a nível de enunciação, para atribuir as formas apropriadas de tratamento. Seu uso exige uma atenção do enunciador para evitar atribuir tratamentos elevados demais a uma pessoa que lhe seja hierarquicamente superior, mas que possam ferir a suscetibilidade de outra pessoa, superior àquela.

(4) Originalmente, significa “companheiro da mesma seita religiosa” mas Rodriguez usa para os Irmãos.

Nesse sentido, adverte Rodriguez que “os inferiores quando falam com superiores ou diante de pessoas nobres, etc. deuem usar dest (a forma de tratamento), quando o verbo a que se pospõe pertence a inferiores, ou a outros que nam merecem honra particular” (id., p. 329). E ainda que “quando falamos de algũa pessoa que merece honra, mas enteruem outra muyto nobre, da que he menos podemos falar por *Marasuru*⁽⁵⁾, por respeito da mais nobre, & acrescentar ao *Marasuru* as partículas de honra, *Rare*, 1, *Ari*, precedendo *Vo*⁽⁶⁾” (id., p. 330). Neste caso, “abate-se” o menos “honrado” com *marasuru* em atenção ao “mais nobre” e recupera um pouco da “honra” perdida, pelo uso das expressões de honra *rare* e *uo...ari*.

(5) Partícula verbal que “humilha o verbo, mostrando reverencia”

(6) Partícula verbal que tem o “menor grao de honra”

Rodriguez se detém com mais atenção ao falar das expressões humilhativas, explanando com esmero o uso de cada uma delas, explicitando a quem cabe utilizá-las, para quem e, em alguns casos, em que contextos.

Cumpré notar que o autor, ao analisar cada um dos casos, apresenta-os em grupos conforme o grau de tratamento que comportam, numa escala gradual de reverência. Na parte final da parte dedicada ao tratamento (Livro Segundo da *Arte*), encontram-se algumas notas breves, porém oportunas, das quais apresentamos as mais significativas:

1. o uso do tratamento é tão inerente à língua japonesa que “falar por verbo simples (...) significa superioridade & arrogancia, & abate com quem, & diante de quem se fala por taes verbos, & he modo de senhores com os criados, ou o pay com os filhos, & muyto familiares, ou gente baixa entre si que nam goardam policia no falar” (id., p. 337);
2. dentro do bom uso do tratamento, o enunciador não deve mostrar arrogância ao se apoderar do discurso de modo que “falando de si mesmo (...) nam se ha de honrar assi mesmo (...) mas usara do verbo simples, ou composto com as particulas humildes conforme a pessoa com quem, ou diante de quem fala” (id., p. 337);
3. a tensão inter-pessoal do discurso deve ser cuidadosamente observada pelo enunciador, tanto que “falando de si, ou de pessoa baixa diante de honrados, ou iguais, usara do verbo composto com as particulas humildes (...) ou dos verbos humildes” mas “falando de si ou de pessoa baixa diante de gente baixa, gente de sua casa, obrigaçam, etc. se usa do verbo simples, sem particula, & entam se honra assi mesmo, & abaixa os ouuintes mostrando dominio & superioridade” (id., p. 337);
4. da mesma forma, “se falar de pessoas muyto honradas diante de gente de sua casa, & obrigaçam, se a que fala nam he muyto nobre, os ha de honrar conforme a sua dignidade” , bem como, “quando se refere o que diz outro, ou recado se for de pessoa honrada se referira o recado palaura por palaura assi como elle o disse, olhando sempre a dignidade da pessoa com quem se fala pera conforme a isso usar de palauras mais corteses, & no cabo acabar com algũa particula humilde se for diante de gente de respeito, ou com verbo honrado de dizer, conforme a honra que merecer” (id., p. 338);
5. registra um dos fatores peculiares à cultura japonesa que orienta o uso do tratamento. Trata-se da oposição interioridade/exterioridade, pela qual o universo do EU (seus familiares, parentes, amigos, companheiros de trabalho e coisas a eles pertencentes) é tratado com modéstia,

em oposição ao universo dos OUTROS, independentemente da relação inter-individual interna de cada universo. Assim, diz Rodriguez que “he muy ordinário falando o criado de seu senhor, ou o filho do pay, ou a mulher do marido, & ao contrário, & os parentes chegados huns dos outros com pessoas de respeito usar do verbo composto com particula humilde (...) ou dos verbos humildes: no qual modo se honra a pessoa com quem fala, & humilha a pessoa a quem pertence o tal verbo (...) porque se estranha demasiada cortesia entre iguais, & da mesma familia, ou religiam, diante dos de fora” , muito embora, “os criados, & familiares falando entre si de seu senhor usam da honra suprema” (id., p. 338).

Sempre cõnscio dos fins didáticos e práticos a que se destinava sua *Arte*, Rodriguez nota que “se cometem muytos erros no uso das (...) honras (...) de modo que da muyto nas orelhas dos ouuintes, porque ou se honram assi mesmo demasiadamente, ou aos companheiros, & iguais, ou dam honra a gente baixa como a moços, & a criados que a nam merecem” (id., p. 347) , terminando por apontar os erros mais freqüentes, com as devidas explicações sobre as razões que levam os usuários ao erro, não se esquecendo de indicar sua forma correta.

Levado, justamente, pelo cunho didático imprimido à sua *Arte*, o Padre Rodriguez foi meticuloso demais em suas explanações, fazendo com que cuidasse para que nada fosse omitido. Como resultado, nasceu uma teorização difusa e, por vezes, difícil de ser entendida. Procura corrigir as falhas na *Arte Breve*, resumindo em apenas duas páginas, as noções sobre o tratamento, desenvolvidas anteriormente em cerca de 30 páginas dentro do capítulo específico sobre a matéria, sem contar as idéias que se encontram esparsas por toda a obra. Apresenta, de modo conciso e claro, as principais características do tratamento da língua japonesa, seja do ponto de vista morfo-sintático, seja do pragmático.

Apesar das restrições à clareza de suas exposições, a Rodriguez praticamente nada escapou do sistema do tratamento japonês. Mesmo sem definir claramente, mostra a relevância do discurso como o lugar em que se realiza o tratamento, levando em conta a relação de forças entre as pessoas do discurso, ditada por circunstâncias sociais e culturais e que se define no contexto de situação. Constata, ainda, a existência de duas formas para expressar a consideração por uma pessoa, contextualmente considerada superior: atribuindo-lhe diretamente as formas de *honra* ou atribuindo as formas de *humildade* às pessoas que se oponham a ela na relação de forças dentro do discurso. Sem falar, naturalmente, nas formas lingüísticas que servem de canal para a expressão do tratamento, por ele levantadas e exaustivamente explanadas.

Não fosse o fato desses dois tratados terem sido escritos em português, língua estranha à maioria da população japonesa, o que não lhe permitiria compreendê-los mesmo que a ele tivessem acesso; não fosse o fato de terem se limitado a um mundo bastante restrito, o mundo cristão do século XVII; não fosse o fato de terem saído do Japão com o banimento de Rodriguez e, posteriormente, de todos os cristãos — sem dúvida seria muito grande o impacto que teriam causado nos estudos sistemáticos do tratamento no Japão, numa época em que se centravam em estudos do tratamento para a inteligência e a interpretação de clássicos japoneses, notadamente de seus poemas. Em verdade, as expressões de tratamento despertaram o interesse e a atenção dos japoneses desde os primórdios de suas letras. Mas, ou eram tomadas como objeto de especulações para constatar um ou outro aspecto prático de seu uso ou, quando tomados como objeto de análise, eram apontadas certas características semânticas ou morfológicas isoladas. Nada havia ainda que expusesse todo o seu modelo sistemático.

O original da *Arte* se encontra, hoje, no Bodleian Library da Universidade de Oxford e só chegou às mãos de Tadao Doi nos meados deste século, que a traduziu para o japonês em 1950. O original da *Arte Breve* se encontra na Universidade de Londres, do qual o Tenri Central Library tirou um *fac-simile* lançado em 1972.

BIBLIOGRAFIA

COOPER, M.

- (1974) “*Rodrigues, the Interpreter — an early Jesuit in Japan and China*” (Nova Iorque-Tóquio, Weatherhill).

DOI, T.

- (1955) *Nihon Daibunten* - tradução comentada da *Arte da Lingoa de Iapam* (Tóquio, Sanseidô).
(1963) *Kirishitan Bunkenkô* “*Um estudo bibliográfico dos textos cristãos*” (Tóquio, Sanseidô).
(1971) *Kirishitan Gogaku-no Kenkyû* “*Um estudo lingüístico dos textos cristãos*” (Tóquio, Sanseidô).
(1976) *Nihon Daibunten Kaidai* “*Notas sobre a Arte da Lingoa de Iapam*”
In: *Arte da Lingoa de Iapam* (Tóquio, Benseisha).

ISHIZAKA, S.

- (1944) *Keigoshi Ronkô* “*Considerações sobre a história do tratamento*” (Osaka, Daihasshû).

RODRIGUEZ, I.

- (1972) *Arte Breve da Lingoa Iapoa* (Macao, Companhia de IESV, 1620) fotocópia publicada por Tenri Central Library, Tenri.
(1976) *Arte da Lingoa de Iapam* (Nagasaki, Companhia de IESV 1604/1608) - fotocópia publicada pela editora Benseisha, Tóquio.

TSUJIMURA, T.

- (1968) *Keigo-no Shiteki Kenkyû* “*Um estudo histórico do Tratamento*” (Tóquio, Tôkyôdô).